

A biblioteca da botica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra¹

The Library of the Apothecary of the Monastery of Santa Cruz in Coimbra

MARIA DA GRAÇA PERICÃO²

Universidade de Coimbra, Portugal

Abstract: We begin by sketching a short history of the settlement of the Monastery of the Regular Canons of the Monastery of Santa Cruz in the city of Coimbra and the action they carried out, both by providing spiritual support to the community and by assisting the deprived population through the creation of an hospital which sought to help not only the sick, but also those lacking comfort and protection. We look into this action in context by characterizing the national situation led by the Church and fostered by royal protection which we illustrate through a few examples. We give notice of the small collection of books which belonged to the pharmacy referred to before (all pertaining to medical topics and dealing with the correct manipulation of drugs) which have surprisingly survived to this day, especially when one considers the vicissitudes they have been exposed to in the course of several centuries of neglect. We will present some information on this collection and provide an overview of the most renowned authors and the most rare editions.

Keywords: Social Assistance in the Middle Ages; Monastic Libraries; Pharmacies; Old Book Collections; History of Medical Assistance in Portugal; History of Medicine; Monastery of Santa Cruz in Coimbra.

A fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra por D.Telo, arcebispo da Sé de Coimbra, data de 1131, instalando-se a comunidade inicialmente composta por 12 membros, número evocativo dos discípulos de Cristo, no ano seguinte. Este Mosteiro iria beneficiar sobremaneira do favor real por parte do fundador da nacionalidade, facto que acabaria por ser confirmado pelo seu sepultamento na capela-mor do referido cenóbio. Nessa época, as relações entre o Mosteiro e a Sé Catedral eram as melhores, o que viria a alterar-se substancialmente nos anos vindouros, sendo célebres as quezílias e rivalidades entre as duas instituições, numa constante disputa

¹ Texto recebido em 30.08.2012 e aceite para publicação em 30.09.2012.

² mgpericao@gmail.com

de direitos e privilégios que em nada favoreceria a imagem da Igreja na cidade. Basta referir que, segundo algumas fontes, grande parte dos documentos pontifícios enviados para Portugal durante este mesmo século referem essas diferenças. Os problemas terão em certa medida sido resolvidos através de uma bula papal concedida por Inocêncio II, pela qual o Mosteiro ficava sob sua proteção direta.

Para o estabelecimento do novo mosteiro na cidade e seu funcionamento, muito terão contribuído os contactos do seu fundador com outras instituições similares no estrangeiro, o que ocorrera durante a sua peregrinação à Terra Santa que terá tido lugar entre 1104 e 1108, durante a qual acompanhara o Bispo de Coimbra, D. Maurício. Tratava-se de encontrar um modelo sobre o qual se desenhasse o futuro Mosteiro, não só sob o ponto de vista do regime monástico a adotar e seu modo de funcionamento, mas igualmente sob a forma arquitetónica que viesse a assumir.

Desde cedo a vida no Mosteiro pautou-se pelo exercício cabal do seu ministério religioso, mas igualmente por uma preocupação cultural e de ensino exigentes e ainda pela constituição de um enriquecimento patrimonial notável e permanente. A vertente mais erudita viria a consubstanciar-se não só pelo exercício do ensino que poderá considerar-se como superior, prévio à própria fundação da Universidade, mas também como alfofre de nomes sonantes em várias áreas, mormente na musical, onde, nos finais do século XVI, se desenvolveria uma escola polifónica comparável ao que de melhor havia na Europa contemporânea. Um outro facto atesta a credibilidade que, desde cedo foi concedida, por parte do poder real, à instituição monacal, dado que o seu cartório foi eleito como arquivo régio, utilizando-se o seu *scriptorium* monástico como chancelaria régia, o que, por si só, dá ideia do apreço e fiabilidade com que era encarada a documentação por ele emitida.

Tal como acontecera com outras instituições religiosas que, a par da doutrinação e apoio litúrgico, prestavam serviços à comunidade leiga envolvente, em Santa Cruz, poucos anos após a instalação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, era já conhecido um hospital ao serviço dos pobres e desamparados, constando de um documento datado de 1150 a expressão “hospital de Santa Cruz”, lavrado aquando da doação de terrenos

para a sua ampliação. Documentos posteriores referem que, para sustento da referida instituição, estavam consignados alguns bens recentemente adquiridos cujos rendimentos, a par da dízima de todos os proventos cobrados na paróquia do mosteiro, redundariam em favor da sustentação desse mesmo hospital. A ratificação dessa deliberação está patente em carta privilégio de Adriano IV datada de 1157.

Cabe aqui lembrar que o termo “hospital”, inicialmente confundido com “hospício”, designava o estabelecimento onde se recolhiam os necessitados de assistência, os sem lar, particularmente os forasteiros e peregrinos, não propriamente os necessitados de cuidados médicos, mas os carentes de conforto e proteção.

Sabemos sobejamente que o auxílio aos peregrinos era um dos preceitos medievais mais levado a sério e que resultava da correta aplicação das obras de misericórdia. Esta vertente de assistência social, como hoje se denominaria, era comum em estabelecimentos religiosos que sentiam como sua a vocação do socorro aos mais carentes, cumprindo, assim, os preceitos bíblicos ministrados por Cristo. Em concreto, a breve trecho era prestado o auxílio aos mais pobres e necessitados como as crianças, nomeadamente os expostos, mas também os leprosos, cativos, órfãos e viúvas que encontravam junto das instituições religiosas o apoio de que precisavam sob forma de gafarias, albergues, hospitais, orfanatos e asilos que, frequentemente, gozavam do favor real e mesmo criados por sua iniciativa. Estão neste caso as instituições fundadas pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques que erigiu no norte de Portugal vários hospitais e albergarias e, mais tarde, D. Brites, mulher de D. Afonso III, que patrocinou a criação, em Lisboa, do Colégio dos meninos Órfãos ou Hospital de Jesus. Mais recentemente, é por demais conhecido o papel que a mulher de D. Dinis, a Rainha Santa Isabel, teria no panorama assistencial de finais do séc. XIII, inícios do XIV, sob forma de hospitais, gafarias e albergarias, entre outras instituições, para as quais destinava substanciais verbas e às quais se dedicava pessoalmente. Será curioso referir que, na sua obra social, a sua caridade cristã não se limitava, como é conhecido, às esmolas que recolhia no seu manto, mas o seu projeto de assistência era bem mais sistemático e planificado, passando pela fundação de asilos onde eram educados os

órfãos e desvalidos, os abandonados e proscritos pela sociedade, tais como os órfãos, cativos e demais transviados; daqui saíam após a aprendizagem de um ofício, podendo, assim, enfrentar de novo o mundo que, em grande parte dos casos, os rejeitara. A assistência estendia-se, de igual modo, aos idosos, para os quais fundou um hospital de Velhas em Leiria e um Hospital de Velhos Entrevados em Santa Clara, em Coimbra, erigido em 1319 junto ao Mosteiro do mesmo nome, no qual ela mesma tratava os enfermos e os alimentava por sua mão.

Mais tarde, outras rainhas lhe seguiriam as pisadas — não pode esquecer-se a fundação das Misericórdias por D. Leonor, mulher de D. João II, o qual já criara em Lisboa o Hospital Real de Todos-os-Santos, na sequência do primitivo hospital de S. Paulo.

Mas, voltando a Santa Cruz, poderá dizer-se que o mosteiro, mercê do lugar proeminente que, desde cedo, os Cónegos Regrantes ocuparam na urbe e gozando da contínua proteção real, inicia um percurso que o irá colocar num lugar privilegiado do ponto de vista do ensino, hoje considerado como tendo sido o ensino superior anterior à própria fundação da universidade, nas suas várias vertentes, à semelhança do que era ministrado nas escolas catedralícias e onde eram realizados estudos, entre outros, na área da medicina, aquela que nos interessa realçar; o ensino de carácter geral era, em primeiro lugar, destinado aos futuros cónegos, que aqui iniciavam a sua educação, mas as portas estavam igualmente abertas aos jovens da cidade que quisessem iniciar estudos mais sérios e completos. Vários mestres se notabilizaram nestas, como em outras matérias, como é o caso do cónego D. Mendo Dias, sobrinho do prior do mosteiro que, recebendo uma bolsa de estudo de D. Sancho I, frequentou em França os estudos de medicina, na sequência dos quais veio ensinar para Portugal. Não foi caso singular, este, da atribuição de bolsas, que mais tarde irá tornar-se mais comum; nesta mesma época ou pouco depois, já em 1190, o prior do Mosteiro, D. Pedro Alfarde, viria a doutorar-se na Universidade de Paris.

Esta medicina primitiva, se assim se lhe pode chamar, seguia os conhecimentos da medicina grega e árabe, não abrangendo a cirurgia, que, até meados do séc. XVI será exercida por barbeiros e sangradores; a

medicina assentava, essencialmente, no conhecimento das plantas e minerais que forneciam os principais ingredientes de cura, após a devida combinação de elementos e adequada manipulação. A partir da fundação da universidade em 1290 por D. Dinis, o ensino da medicina passa a fazer-se exclusivamente nos Estudos Gerais.

No fundo bibliográfico antigo da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, está presente grande parte do conjunto de obras de apoio à botica do Mosteiro de Santa Cruz; ele teve origem, ou melhor, decorreu da dispersão e conseqüente desmantelamento dos bens da igreja, alienados a partir da extinção das ordens religiosas em 1834, mais concretamente em 30 de Maio, pelo ministro da Justiça da altura, Joaquim António de Aguiar, cognominado, exactamente por esta medida, de “O Mata-frades”.

Passo a explicar e vou tentar circunscrever o assunto apenas e só à cidade de Coimbra.

As congregações religiosas e os antigos colégios universitários possuíam, em número e qualidade variados, alguns núcleos bibliográficos que apoiavam as populações religiosas e estudantis que os habitavam. Na sequência do decreto atrás citado, a entrega dos fundos bibliográficos das instituições religiosas da cidade de Coimbra, e mais concretamente dos numerosos conventos e colégios da cidade, foi levada a cabo por uma representação encabeçada pelo então vice-reitor, Doutor José Alexandre de Campos. No conjunto das instituições estavam igualmente englobados os do Colégio das Ordens Militares, assim como os dos Reais Colégios de S. Pedro e de S. Paulo, dois colégios de graduados adjuntos à universidade. Nesta ocasião, esses fundos foram recolhidos no Colégio das Artes e aí permaneceram longos anos. Vem a talhe de foice lembrar que, apenas uma semana após o encerramento das instituições religiosas, Alexandre Herculaniano, à época 2º bibliotecário na Real Biblioteca Pública do Porto, fundada não havia ainda um ano, levava para aquela instituição o que de melhor havia em livros manuscritos iluminados — 111 códices, para ser mais exata, e 26 incunábulos, além de numerosos livros raros, muitos dos quais impressos na oficina tipográfica do Mosteiro, ativa a partir dos anos 30 do século XVI.

No caso do espólio que caberia à Faculdade de Medicina, sabe-se que foram os docentes que, desse vasto e diversificado espólio, selecionaram as obras cujas matérias lhes interessavam, separando-as das restantes, o núcleo mais numeroso, que abrangia obras de História e Geografia, Direito, Teologia Dogmática e Moral, Sagrada Escritura, Zoologia e Botânica, Literatura, etc.

Ainda segundo Feliciano Guimarães, cujas informações servem de base a estas afirmações, os cerca de 100.000 volumes recolhidos em livrarias de conventos, tais como os de Santa Cruz e outras instituições religiosas armazenados no referido Colégio das Artes, dariam um esplêndido recheio, “não só de uma, mas de várias bibliotecas”. Daí que, do núcleo inicial, tenham sido retiradas obras, essencialmente para 3 instituições, além da Faculdade de Medicina, ou seja, a Faculdade de Filosofia, a Biblioteca do Liceu³ e a Biblioteca Geral. Estas são as 4 instituições por quem foi feita a partilha inicial. Entretanto, e dada a grande massa documental, a falta de espaço para a albergar e a urgência com que tinha que conseguir-se uma solução, esta veio a ter um final estranho, para não dizer pior; após sucessivas comissões nomeadas, que nunca resolveram o problema de raiz, finalmente, por portaria de 10 de janeiro de 1866, procedeu-se à venda em leilão de parte desse recheio; cerca de 10 anos mais tarde é vendido novo lote de livros, considerados de reduzido valor para o ensino então ministrado. A juntar a esta perda gradual, poderia acrescentar-se o descaso e a incúria progressiva votados a este fundo, que permitiu igualmente o descaminho de milhares de exemplares, além da consulta de obras por

³ Caso curioso é este: foram escolhidas para apoio ao ensino a ministrar no primeiro liceu masculino de Coimbra que foi instalado no atual edifício do Departamento de Botânica, junto ao jardim Botânico, uma série de obras para a sua biblioteca versando variadas matérias (de medicina dos séculos XV a XVII há 34 obras...) Quando, em meados do século XX, um novo edifício é construído para o efeito, a biblioteca segue o mesmo destino do restante equipamento e transita com ele para o chamado Liceu D. João III. Na sequência de um Levantamento Bibliográfico realizado nos anos 80, foi este fundo colocado em depósito na Biblioteca Geral da Universidade, mediante um protocolo celebrado entre as duas instituições, por não se justificar a sua presença numa instituição de ensino secundário. As bibliotecas seguem, frequentemente, o mesmo destino que os edifícios que as albergam...

parte de professores que nunca as devolviam, como até há bem pouco tempo acontecia... Daí que, ainda hoje se nos deparem alguns exemplares com marca de pertença sob forma de notas manuscritas, carimbos, ex-libris ou super-libros que atestam a origem das obras ou outros exemplares mutilados propositadamente para não denunciarem a proveniência, facto que não é tão raro como possa pensar-se. A consulta de catálogos de vendas em leilão levadas a cabo no estrangeiro leva-nos a concluir que muitos destes espécimes ultrapassaram as fronteiras, ao que se sabe por meio de vendas autorizadas ou mesmo clandestinas. E não se pense que tal aconteceu apenas naquela época conturbada, ou em épocas revolucionárias mais recentes...

Outras soluções, infelizmente, foram sendo adotadas, algumas de carácter mais gravoso para o património nacional, como a de vender livros a peso, deitá-los fora ou mesmo queimá-los. Cabe aqui dizer que, por vezes, a venda desses livros veio permitir a compra de outros, considerados mais necessários e pertinentes ou mesmo a aquisição de material de laboratório e demais equipamentos. Esta solução, como meio de fazer face a dificuldades económicas e de falta de espaço, ainda hoje atravessa a mente de alguns responsáveis da nossa cultura, como eventual solução para o mesmo tipo de problemas...

De modo quase milagroso, apesar destes maus tratos, alguns fundos bibliográficos antigos atravessaram todas estas vicissitudes (quase) incólumes. Caso singular foi o da riquíssima biblioteca do Real Colégio de São Pedro que, por ter sido atribuída ao uso do Reitor da Universidade, permaneceu íntegra e intocada. Este Colégio, adjacente aos Paços da Universidade, ocupava desde 1572 um edifício doado por D. Sebastião. Era essencialmente um colégio para doutores ou licenciados e, por vezes, também para bacharéis das três faculdades maiores, Teologia, Cânones e Leis, que preparavam a sua entrada no ensino. Aquando da Reforma pombalina e da criação das faculdades de Filosofia Natural e Matemática, passaram igualmente a ser admitidos candidatos destas novas faculdades.

As restantes obras, a partir de certa altura, foram distribuídas por núcleos distintos consoante as matérias que versavam, constituindo, ainda hoje, a coleção mais antiga de várias faculdades e departamentos, a saber:

Física, Matemática, Zoologia, Antropologia, Botânica, Química, Mineralogia, Farmácia e Observatório Astronómico. Isto, na área científica. Quanto às áreas de Humanidades, foram repartidas pelas faculdades de Direito e Letras, cabendo à Biblioteca Geral acolher ainda as obras de carácter religioso que não interessavam a qualquer outra instituição, nomeadamente as que versavam assuntos como a Teologia Dogmática e Moral, Sagrada Escritura, Patrística, Liturgia, Hagiografias, Parenética, etc.

No meio de todo este percurso atribulado e consequente perda e alienação do património bibliográfico, pode dizer-se que um elemento fundamental foi conservado e que nos remete, frequentemente, para a origem destes fundos. É o caso das referidas marcas de posse sob forma de notas manuscritas, super-libros, ex-libris ou carimbos que atestam o percurso das obras. Dado que, no caso das notas manuscritas, o nome do possuidor é precedido pela expressão “pertence a”, cedo se procedeu à substantivação do verbo e passou a falar-se de “pertence” ou “pertences” para designar essas marcas de posse. Uso o plural porque, amiúde, são notas sucessivas as que figuram na página de título, guardas iniciais ou finais, grafadas com tintas e punhos distintos, que atestam a sucessiva passagem dos exemplares pela mão de vários possuidores ao longo dos tempos. Muitas vezes, decorrendo do carinho ou interesse que os leitores lhes votaram, o estado de conservação e as notas manuscritas das obras apresentam carácter bem diverso, revelando o seu estado mais ou menos cuidado um manuseio atento e frequente, testemunhado pelas notas manuscritas que, em longas glosas marginais, a par com o texto ou nas folhas de guarda disponíveis, acrescentam notas e comentários, frutos do elaborado estudo da obra, por vezes entrando em desacordo com o texto impresso.

No caso que agora nos ocupa, o das obras pertencentes a Santa Cruz e particularmente à sua botica, a nota manuscrita que atesta a sua origem é apresentada com ligeiras variantes que oscilam entre:

Santa Crus de Coimbra, Botica de Santa Cruz, Mosteiro de Santa Cruz, etc.

De assinalar que não nos custa acreditar que algumas das obras em apreço tenham pertencido ao uso geral do Mosteiro e não ao fundo

específico da sua Botica, mas tal não desmerece o nosso interesse, uma vez que o tema desta reunião nos remete para as bibliotecas científicas e o Mosteiro de Santa Cruz demonstrou ser uma instituição onde as diversas ciências eram objeto de estudo aturado e sério.



A escrita e a consequente produção de livros foi levada a cabo por longos séculos no *scriptorium* crúzio, onde se procedia à cópia intensiva dos textos de referência, tal como acontecia na maior parte das instituições religiosas culturais da época. Mais tarde, este trabalho manual será substituído, embora não na íntegra, pelos novos processos de produção textual — refiro-me à implementação no mosteiro de uma oficina tipográfica, para cuja instalação e ação de formação dos monges, como

diríamos hoje, foram recrutados os serviços de um impressor francês, Germão Galharde, que nos anos 30 do século XVI lhes vem ensinar a arte de Gutenberg.

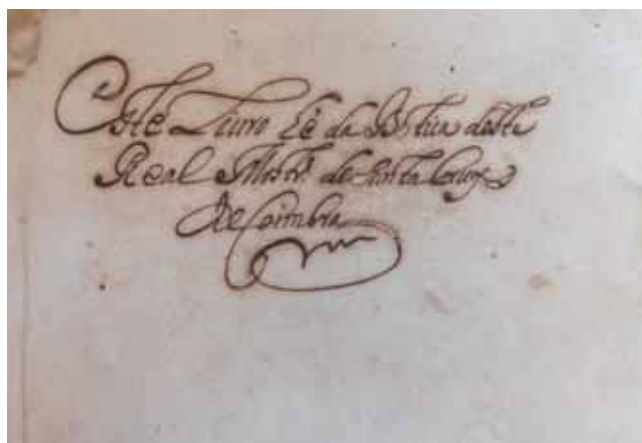
Esta afirmação através da produção de livros insere-se numa política de confirmação do poder do mosteiro, tendo como alvo o enriquecimento da biblioteca da congregação, constantemente acrescida por aquisições e encomendas feitas no estrangeiro, ainda hoje testemunhadas pelas sucessivas edições de uma mesma obra, mais corretas e emendadas pelo autor ou por outros, uma vez que muitas das intervenções ou recomendações feitas a propósito do tratamento de numerosas patologias não encontrava consenso por parte dos físicos. Este facto leva-nos a pensar que os monges dedicados ao trabalho assistencial estavam atentos ao que de melhor se publicava na área e, assim, podemos observar edições saídas dos prelos de Roma, Veneza, Bolonha, Nápoles, Lyon, etc., para já não falar da atividade tipográfica levada a cabo em Frankfurt, Colónia, Antuérpia, Basileia, Madrid ou Salamanca.

A esta rápida e, quase diria, livre circulação da informação, não é alheio o facto de a grande maioria das obras estar redigida em latim, língua que não conhecia fronteiras no mundo culto da época e que, nestas matérias, como em outras, se revelava um veículo privilegiado e facilitador da comunicação. Os velhos — e ainda tão novos... — problemas de tradução e de direitos de autor, ficavam, deste modo, atenuados e a informação, apesar das dificuldades e da lentidão dos meios de transporte, processava-se com eficácia. Não raro deparamos — quando se trata de obras impressas em vários volumes publicados ao longo de anos — com alguns tomos de uma edição e outros de edição diferente, o que demonstra bem as sucessivas reedições da obra e a facilidade com que se esgotavam, estando as bibliotecas atentas a estas mutações, salvaguardando a continuação do fluxo de informação contida na obra. E isto, apesar do seu elevado preço, uma vez que, na maioria dos casos, se trata de obras de grande formato impressas em vários volumes, revestidas por belas encadernações em couro gravadas a ouro.

No que toca à tipografia portuguesa, de modesta produção se a compararmos com o que se produzia noutros países, convém dizer que os

principais centros de atividade impressória se localizavam em Lisboa, Coimbra e Évora, não sendo alheio, no segundo e terceiro casos, o peso da instituição universitária.

Será conveniente referir que no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra não existia apenas uma biblioteca ou livraria, como então se dizia. A Livraria Geral incluía os livros de mão ou manuais e a Livraria do Noviciado, como o nome indica, continha os manuais destinados à formação dos noviços, os futuros cónegos. Para além destes dois núcleos, porém, e correspondendo a um corpo de edifício separado do corpo principal (tal como acontecia com o noviciado), havia o edifício da botica que, exatamente por esta situação, abrigava um núcleo de obras que apoiavam o serviço de enfermagem e de manipulação de medicamentos que aí se praticava. A nota manuscrita num dos cinco incunábulo vem apoiar esta hipótese.



Será curioso assinalar que nenhum desses incunábulo pertencia à Livraria Geral do Mosteiro; essa mesma conclusão pode ser retirada da consulta do catálogo elaborado por D. Pedro da Encarnação, o bibliotecário de Santa Cruz, datado de 1771 e no qual não figura qualquer dos cinco incunábulo. Ora, na nota presente no referido incunábulo pode verificar-se que consta a data de 1718, pelo que, se a obra realmente pertencesse ao núcleo geral de obras do Mosteiro, D. Pedro da Encarnação, grande conhecedor da matéria, não deixaria de o incluir na lista de existências.

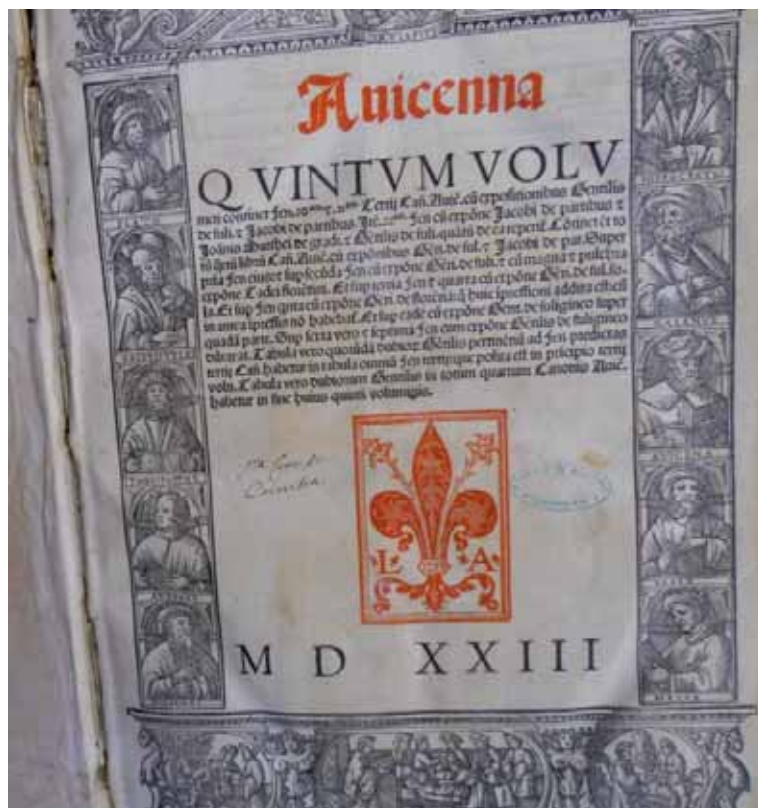


Dos cerca de 570 títulos que constituem o núcleo em apreço e que abarcam essencialmente os séculos XV a XVIII, cabem ao século XV apenas cinco, como referido, constituindo, assim, os denominados incunábulo o núcleo mais antigo pertencente na íntegra à Botica do Mosteiro, o que não oferece qualquer dúvida, como acabamos de expor. Os autores destas obras são Avicena, Jacques de Forli e Mesue, ou seja, Ibn Masawayh.



Do século XVI podem destacar-se nomes como Amato Lusitano, Aristóteles, Avicena, Guido de Chauliac, Dioscórides, Hipócrates, Galeno,

Jacques de Forli, Rasis, o “damasceno” Mesue e Pedro Julião ou Pedro Hispano com o “Tesoro de los pobres”, numa bela edição de 1543. Estes são os principais manuais que contêm, na sua maior parte, comentários aos clássicos gregos da medicina, particularmente Galeno, Hipócrates e Dioscórides, mas também a medicina árabe, mais concretamente Ibn Masawayh, Rasis e Avicena.



O estudo medieval feito a partir do comentário, geralmente traduzido graficamente pelo texto original da “auctoritas”, a ocupar o centro da página, destacado pelo corpo do tipo e rodeado pelo comentário ou glosa, ainda estava muito presente no século XVI. Em matérias tão sensíveis como a medicina, as afirmações tinham que estar fundamentadas em qualquer dos autores reconhecidos como autoridades.



Do século XVII constam algumas obras de autores portugueses como Duarte Madeira Arrais, Manuel de Azevedo, Rodrigo de Castro (segundo alguns o fundador da obstetrícia portuguesa), Rodrigo da Fonseca, Tomás Rodrigues da Veiga e Abraão Zacuto, este impresso em Lyon e Amsterdão, tal como alguns dos atrás citados, o que atesta o valor dos seus estudos. Porém, os tratados clássicos e árabes continuam a estar presentes. De assinalar ainda que as farmacopeias surgem em força.

No século XVIII, ainda a par com as farmacopeias, avulta um número significativo de obras de cirurgia, algumas das quais de autoria portuguesa e numerosos dicionários de matéria médica, de História da Medicina e, curiosamente, dicionários portáteis de saúde, na linha dos tratados da saúde dos povos. Autores portugueses como Jacob de Castro Sarmento, João Curvo Semedo, Feliciano de Almeida e outros, publicam as suas obras em Portugal e no estrangeiro. Intensifica-se a produção de obras de Fisiologia, Física médica e medicina conservativa e preventiva.

Mas os autores clássicos continuam a estar presentes...



* * * * *

Resumo: Procede-se em primeiro lugar a um breve historial acerca da implantação do Mosteiro dos Cónegos Regrantes do Mosteiro de Santa Cruz na cidade de Coimbra e da ação desenvolvida, não só na prestação do apoio espiritual à comunidade, mas ainda na área da assistência à população menos favorecida, nomeadamente através da criação de um hospital que prestava auxílio não só aos doentes, mas também aos carentes de conforto e proteção. Contextualiza-se esta acção na conjuntura nacional liderada pela Igreja e favorecida pela proteção real, de que se referem alguns exemplos. Dá-se a conhecer o pequeno núcleo de livros que pertenciam à referida botica (versando temas médicos e permitindo conhecer a correta manipulação de medicamentos), surpreendentemente chegados até nós, conhecidas que são as vicissitudes que atravessaram durante séculos de incúria e negligência. É deles que aqui se dá notícia, permitindo um breve relance sobre os autores mais célebres e as edições mais raras.

Palavras-chave: Assistência Social na Idade Média; Bibliotecas Monásticas; Boticas; Fundos Bibliográficos antigos; História da Assistência Médica em Portugal; História da Medicina; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Resumen: Comenzamos en primer lugar por realizar un breve historial sobre la implantación del Monasterio de los Canónigos Regulares de la Santa Cruz en la ciudad de Coimbra y de la acción que desarrolló, dando no solo apoyo espiritual a la comunidad sino también asistencia a la población menos favorecida, en especial a través de la creación de un hospital que socorría tanto a los enfermos como a los que carecían de bienestar y de protección. Se enmarca esta acción en el contexto de la coyuntura nacional liderada por la Iglesia y favorecida por la protección real, de la que se ofrecen algunos ejemplos. Se da a conocer el pequeño núcleo de libros que pertenecían a la referida botica (que tratan temas médicos y que permiten conocer la correcta manipulación de medicamentos), que ha llegado a nosotros de forma sorprendente, dadas las vicissitudes que atravesaron durante siglos de desidia y negligencia. De ellos damos aquí noticia, permitiendo un somero atisbo sobre los autores más célebres y las ediciones más raras.

Palabras clave: Asistencia Social en la Edad Media; Bibliotecas Monásticas; Boticas; Fondos Bibliográficos antiguos; Historia de la Asistencia Médica en Portugal; Historia de la Medicina; Monasterio de Santa Cruz de Coimbra.

Résumé: Nous procédons, en premier lieu, à un bref récapitulatif historique de l'implantation du Monastère des Chanoines Réguliers du Monastère de Santa Cruz de la ville de Coimbra et de l'action qui s'y développait, non seulement en ce qui concerne l'appui spirituel à la communauté, mais aussi dans le domaine de l'assistance à la population moins favorisée, notamment par le biais de la création d'un hôpital qui

venait en aide non seulement aux malades, mais également à ceux qui se trouvaient démunis de confort et de protection. Nous situons cette action dans la conjoncture nationale, où l'Église, favorisée par la protection royale, dominait, et dont certains exemples nous ont laissé le témoignage. Nous faisons connaître le petit groupe de livres qui appartenaient à la pharmacie (portant sur la médecine et sur la manipulation correcte de médicaments) et qui, de façon surprenante, nous sont parvenus, malgré les vicissitudes d'inadvertance et de négligence qui ont traversé les siècles. Nous nous intéresserons donc à eux et nous jetterons un coup d'œil sur les auteurs les plus célèbres et les éditions les plus rares.

Mots-clé: Assistance Sociale au Moyen Âge; bibliothèques monastiques; pharmacies; fonds bibliographiques anciens; histoire de l'Assistance Médicale au Portugal; histoire de la médecine; Monastère de Santa Cruz de Coimbra.